

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTE** e **CUT**

CER aprova calendário

A crise econômica vem se acentuando no Brasil e os ataques às áreas sociais, especialmente à educação e à saúde, se aprofundam. Para fazer frente ao subsídio para a redução do preço do óleo diesel, o governo golpista está desviando recursos da educação e da saúde. O Planalto anda na contramão do que previa a lei de partilha do pré-sal, revogada pelos golpistas, que assegurava recursos para estas duas áreas. O fantasma da antirreforma da Previdência continua rondando a classe trabalhadora, pois Temer já acenou com a possibilidade de o projeto voltar à pauta do Congresso pós-eleições.

Por este motivo, o Conselho Estadual de Representantes (CER), que se reuniu na manhã de 14/6, aprovou a participação no "Dia do Basta", que está sendo convocado pelas centrais sindicais para o dia 10 de agosto, contra a antirreforma da Previdência, pela revogação da reforma trabalhista e por nenhum direito a menos. O calendário aprovado prevê ainda a realização de um RE ordinário no dia 17 de agosto e a reunião do CER para o dia 24/8. O RE e o CER apontarão a data da assembleia estadual, que deve acontecer na primeira quinzena de setembro.

Contra a privatização da Escola Pública

Na semana passada, com uma ação massiva, a APEOESP conseguiu cancelar a audiência pública convocada pelo Conselho Nacional de Educação para discutir, em São Paulo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a antirreforma do ensino médio, que prevê a privatização de 40% do currículo do ensino médio regular com aulas à distância, e 100%

do Ensino de Jovens e Adultos (Eja).

Dia nacional de paralisação

O CNE realizará ainda três audiências públicas: dia 06 de julho, em Fortaleza (CE); dia 10 de agosto em Belém (PA) e no dia 29 de agosto em Brasília. A APEOESP organizará caravanas para Fortaleza e Belém. O Sindicato indicará à CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) a realização de uma paralisação nacional com manifestação na audiência pública do Conselho Nacional de Educação sobre a BNCC em Brasília no dia 29/8. Não vamos deixar que este texto seja aprovado.

Em São Paulo, nossa luta é pela qualidade e contra a privatização da educação pública, que se dá, por exemplo, por meio da implantação do CIS (Contrato de Impacto Social) e do MMR (Método de Melhoria de Resultados), que facilita a entrada de grupos privados nas escolas públicas e atua sobre os professores com métodos de assédio moral, intimidação e instrumentos de gestão de empresas privadas, em busca de "eficiência", "resultados" e não da formação integral e integrada dos estudantes, como futuros cidadãos e cidadãs.

As respostas para os problemas da escola pública não estão em programas como esses, sacados do bolso do colete por gestores de gabinete. Essas respostas estão no PEE (Plano Estadual de Educação), que foi resultado da elaboração do Fórum Estadual de Educação, composto por 74 entidades e do qual a APEOESP faz parte.

A APEOESP elaborará material contra a privatização do ensino público e projetos que têm essa finalidade, tais como o MMR e o CIS, para orientar os professores.

Pelo pagamento dos 10,15%

A APEOESP continua pressionando o governo para o pagamento dos 10,15%. Como todos sabem, a então presidenta do sindicato, professora Bebel, agora licenciada, esteve em Brasília no dia 6/6 para uma audiência com a ministra Cármen Lúcia, presidenta do STF. Aguardamos da parte do governo a elaboração dos termos do acordo, que será lavrado nos autos do processo em SP e no próprio STF.

Calendário de mobilizações:

- ➔ Dia 19 de junho: caravana à Assembleia Legislativa, às 14 horas para acompanhar audiência pública do Secretário da Educação
- ➔ Dia 10 de agosto: "Dia do Basta", organizado pelas centrais sindicais
- ➔ Dia 17 de agosto: reunião de RE

- ➔ Dia 24 de agosto: reunião do CER

Demais deliberações:

- ➔ Continuar pressão para o pagamento dos 10,15%.
- ➔ Por uma nova forma de contratação de professores temporários que concretize a Estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação. Uma comissão técnica formada pela SEE e APEOESP está discutindo a minuta elaborada pelo sindicato.
- ➔ Subsedes devem continuar atividades de lançamento da Campanha pela Qualidade da Educação e Contra a Privatização da Escola Pública.
- ➔ Pressionar a Procuradoria Geral do Estado para reconhecer o direito de professores efetivos que assumiram cargos de direção e diretores à aposentadoria especial.

Anexos

Moção de congratulações à AFUSE

O Conselho Estadual de Representantes (CER) da APEOESP vem a público manifestar suas congratulações com a AFUSE (Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo) pelas recentes conquistas da categoria junto ao Governo do Estado, resultado de sua luta.

A primeira conquista da AFUSE que queremos mencionar é a edição do Decreto 63.471, de 11/06/2018, que garante a progressão na carreira, coroando uma negociação conduzida pela AFUSE desde 2011. A entidade continua lutando pela regulamentação.

A outra conquista é a garantia de certificação do GOE. Mais uma conquista muito esperada pela categoria foi a realização de concurso regionalizado para Agente de Organização Escolar, com 1495 vagas.

Parabenizamos mais uma vez os companheiros da AFUSE, reconhecendo que as conquistas são fruto de seu trabalho, de sua luta e de sua mobilização.

São Paulo, 14 de junho de 2018

Moção de apoio à greve dos servidores de Poá

Reunido nesta quinta-feira, 15, o Conselho Estadual de Representantes (CER) da APEOESP, aprovou moção de apoio à greve dos servidores do município de Poá.

Os servidores estão em greve desde o dia 5 de junho em defesa da qualidade dos serviços públicos, pelo cumprimento da data-base e por mais diálogo nas decisões que diz respeito ao conjunto da categoria do funcionalismo público da cidade. O atual governo não tem política salarial e está arrebatando com os serviços públicos essenciais da cidade. Além disso, os servidores estão enfrentando a truculência do governo municipal. Para enfraquecer a mobilização e a disposição dos servidores em lutar, chefes e diretores, orientados pelo secretários e por sindicatos pelegos, estão assediando abertamente servidores em greve a voltar ao trabalho. A pedido da prefeitura, a Justiça determinou multa de R\$ 50 mil por dia de greve.

São Paulo, 14 de junho de 2018